

O Partido Republicano Nacionalista em Évora (1923-1931). Elites, organização interna e política regional

Manuel Baiôa*

1. Introdução

A I República ficou marcada, em termos políticos, pela hegemonia do P.R.P. no sistema multipartidário. Desde o «5 de Outubro» os democráticos dominaram os lugares cimeiros da governação exercendo o que alguns autores apelidam – uma ditadura de partido¹. Porém, outros autores preferem sublinhar a existência de um sistema pluripartidário de partido dominante durante a I República².

O novo regime assemelhava-se a uma democracia. No entanto, não se avançou para o sufrágio universal, permaneceu o exercício do clientelismo e do caciquismo que existia durante a Monarquia e agravaram-se substancialmente as práticas violentas exercidas, desta vez, por parte dos democráticos contra os partidários das outras forças políticas. Nas oito eleições legislativas que ocorreram durante a I República o P.R.P. apenas não venceu duas, a primeira porque não chegou a concorrer durante o Sidonismo e a segunda em 1921, na única eleição (com excepção da referida anteriormente) em que não dirigiu o acto eleitoral do Ministério do Interior, o que demonstra uma persistência das estruturas políticas vindas da Monarquia³. No entanto, durante a I República nunca foi possível formar um partido conservador alternativo ao P.R.P. que renovasse a prática de rotativismo existente durante a Monarquia.

* CIDEHUS - Universidade de Évora.

¹ Cf., Vasco Pulido Valente, *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*, 2.ª edição, Lisboa, Moraes Editores, 1982; *idem*, “Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política)”, *Análise Social*, Vol. XXVII, n.º 115, 1992, pp. 7-63; Rui Ramos, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, «História de Portugal», Direcção de José Mattoso, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994; *idem*, “O fim da República”, *Análise Social*, Vol. XXXIV, n.º 153, 2000, pp. 1059-1082.

² João B. Serra, “O Sistema Político da Primeira República” in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (Coordenação de), *A Primeira República Portuguesa entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 112; Marcelo Rebelo de Sousa, *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983, p. 167-177. Fernando Farelo Lopes também na mesma linha, designa o sistema de “um regime parlamentarista de partido dominante”, in António Reis (Direcção de), *Portugal Contemporâneo*, Vol. III, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 85-100.

³ Cf., Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na I República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994; António Costa Pinto, “Muitas Crises, Poucos Compromissos: A Queda da Primeira República”, *Penélope*, N.º 19-20, 1998, pp. 43-70.

Os motivos que impossibilitaram formar um partido alternativo ao partido democrático prendem-se com razões de ordem interna aos próprios partidos conservadores, dado que nunca conseguiram formar uma plataforma segura e prolongada de entendimento. O cariz revolucionário do regime e a sua fraca consolidação obrigava muitas vezes a alianças instrumentais entre os partidos republicanos conservadores e o P.R.P. no sentido de defenderem uma República constantemente ameaçada por perigos internos e externos. Por outro lado, a lei eleitoral que favorecia a homogénea distribuição do P.R.P. no País, a sua forte concentração em Lisboa e as práticas de clientelismo e violência impossibilitaram a formação de um partido republicano conservador forte e capaz de fazer frente ao partido hegemónico da República⁴. O Partido Republicano Nacionalista que se formou da união de dois dos mais importantes partidos republicanos ordeiros (Partido Republicano Liberal e Partido Republicano da Reconstituição Nacional) representou possivelmente a última tentativa de formar um grande partido das «direitas republicanas». Este novo partido também não conseguiu quebrar a hegemonia do P.R.P., vindo a sofrer problemas internos e cisões e a obter resultados eleitorais pouco expressivos. No entanto, em algumas regiões o P.R.N. tornou-se uma verdadeira alternativa ao P.R.P., conseguindo obter vitórias eleitorais e liderando a oposição conservadora ao Partido Democrático tanto nas eleições legislativas como nas eleições municipais. De entre os vários locais onde os nacionalistas obtiveram um êxito assinalável convém destacar a cidade de Évora. O Partido Republicano Nacionalista conseguiu nesta cidade ser uma verdadeira alternativa conservadora dentro do quadro republicano ao P.R.P., tendo conseguido obter importantes vitórias eleitorais nas eleições legislativas e municipais de 1925.

Quais os motivos que explicam este êxito político do P.R.N. em Évora? Qual o motivo para a divergência de orientação política entre o concelho de Évora e a maior parte das regiões portuguesas onde o P.R.P. obtinha vitórias? São algumas das questões que pretendemos esclarecer com este estudo.

2. Évora no Final da I República

⁴ Cf., João B. Serra, “O Sistema Político da Primeira República”, ob. cit., pp. 109-129.

No final da I República, a cidade de Évora possuía um conjunto de características culturais, políticas, económicas e sociais que a diferenciavam da maioria das cidades portuguesas de província:

- Em termos culturais distinguia-se pela diversidade e qualidade dos seus órgãos de informação (eram publicados em Évora dois diários⁵, um bi-semanário⁶, dois semanários⁷ e uma revista⁸), pelas importantes escolas que possuía (Escola Primária Superior de André de Resende; Escola Industrial e Comercial Gabriel Pereira; Liceu André de Gouveia; Escola Prática de Agricultura) e pela valiosa biblioteca que dispunha - Biblioteca Pública de Évora⁹. Por outro lado, tinha dois cinemas e alguns teatros, entre os quais se destacava o Teatro Garcia de Resende. Existiam ainda, na cidade, cinco *sociedades recreativas* que desenvolviam várias actividades culturais.

- Era uma cidade com grande importância ao nível regional devido à sua dimensão (a cidade de Évora era um dos sete centros urbanos portugueses com mais de 20 mil habitantes) e ao seu dinamismo económico, não só ao nível agrícola, mas também ao nível comercial, industrial e financeiro¹⁰. Por outro lado, tinha uma situação geográfica privilegiada, dado que se situava a poucas horas de Lisboa e no eixo de ligação entre Lisboa e Madrid.

- O dinamismo económico do concelho de Évora possibilitava o aparecimento de alguns “homens ricos”, principalmente lavradores. Esta elite económica dispunha “de um capital material acumulado, por herança e/ou mérito pessoal, que a diferenciava claramente da larga maioria da população, quer a comparação se faça a uma escala regional ou nacional”¹¹. Por outro lado, a cidade de Évora ao ser um centro administrativo de grande importância a nível regional permitia a concentração de uma grande quantidade de serviços públicos e, conseqüentemente, a fixação de numerosos

⁵ *Notícias de Évora e Democracia do Sul*.

⁶ *O Democrático*.

⁷ *A Terra Alentejana e A Defesa*.

⁸ *Ilustração Alentejana*.

⁹ Cf., Fernando Luís Gameiro, *Entre a Escola e a Lavoura. O Ensino e a Educação no Alentejo, 1850-1910*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1997.

¹⁰ Cf., Helder Adegar Fonseca, *O Alentejo no Século XIX: Economia e Atitudes Económicas*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Coleção Análise Social, 1996; Helder Adegar Fonseca, “As elites económicas alentejanas, 1850-1870: anatomia social e empresarial”, *Análise Social*, Vol. XXXI, n.º 136-137, pp. 711-748.

¹¹ Helder Adegar Fonseca, “As elites económicas alentejanas ...”, ob. cit., p. 712. A afirmação de Helder Fonseca refere-se à elite económica eborense do 3.º quartel do séc. XIX, mas cremos que pode aplicar-se

funcionários públicos. Viviam em Évora, por exemplo, muito oficiais, dado que esta cidade era a sede da 4.^a Região Militar (existia ainda o regimento de artilharia n.º 1, o regimento de infantaria n.º 22, o regimento de cavalaria n.º 5, a 4.^a companhia de Saúde e o hospital militar). Todo este quadro apresentado previamente permitia ainda a fixação de alguns profissionais liberais¹².

- O concelho de Évora estava bastante politizado. Para além do P.R.N. e do *Centro Republicano Nacionalista Eborense* existiam sete estruturas partidárias organizadas e três centros políticos a funcionar.

O *Partido Comunista Português* tinha uma organização muito ténue. Era liderado por operários ligados aos meios sindicais, embora se distinguissem dos sindicalistas anarquistas pela participação activa nas eleições ao lado dos partidos mais próximos dos seus ideais políticos - P.R.R. e P.R.E.D..

O *Partido Republicano Radical* era liderado por operários, funcionários públicos e trabalhadores rurais. Destacava-se pelo discurso radical de esquerda, particularmente no tocante ao anticlericalismo. Apenas tinha implantação na cidade de Évora onde dispunha de um *Centro Republicano Radical*.

O *Partido Republicano da Esquerda Democrática*, herdeiro do P.R.P., dispunha, no concelho de Évora, de uma boa organização. Tinha um jornal (*O Democrático* e posteriormente *A Esquerda*) e o *Centro Republicano da Esquerda Democrática - Dr. Jorge Barros Capinha* onde o seu discurso de esquerda era difundido. Era um partido interclassista, embora os funcionários públicos predominassem na sua estrutura directiva.

O *Partido Republicano Português* perdeu a sua liderança habitual no concelho de Évora nos órgãos administrativos electivos devido à união dos partidos conservadores nas eleições de 1922 e 1925 e à dissidência esquerdista em 1925. Esta dissidência provocou uma deslocação ideológica do partido para o “centro”, uma redução substancial na sua elite e do seu eleitorado, bem como a perda do seu anterior centro (ficou dominado pelos membros do P.R.E.D.) e do seu órgão bi-semanal (*O Democrático*). No entanto, abriu um novo centro político (*Centro Republicano Democrático - Dr. Evaristo Cutileiro*) e nas eleições legislativas conseguiu ainda eleger

à elite económica da I República dado o estilo de vida desse grupo e uma certa continuidade genealógica dos principais protagonistas económicos da cidade.

¹² Trabalhavam em Évora 10 advogados e 17 médicos. Cf., *Anuário Commercial de Portugal, 1927*, vol. II, Lisboa, Empresa do Anuário Commercial, 1927, pp. 2637 e 2648.

um deputado pelo círculo de Évora devido à sua capacidade de patrocínio e ao facto de dominar a Comissão de Verificação de Poderes no Parlamento português¹³. O P.R.P. era um partido interclassista, embora os funcionários públicos tivessem uma posição claramente hegemónica nos seus órgãos directivos, a que certamente não será estranha à sua organização clientelar.

O *Centro Católico Português* acolhia os católicos que não se reviam nos partidos republicanos conservadores e nos “partidos monárquicos”. Dispunha de uma organização partidária reduzida, associada ao arcebispado e ao semanário *A Defesa*.

A *União dos Interesses Económicos* era dirigida por capitalistas ligados à agricultura, ao comércio e à indústria. Estes patrões uniram-se dado que os partidos republicanos conservadores e os “partidos monárquicos” não defendiam convenientemente os seus interesses de classe. Este partido tinha uma estreita ligação à Associação Comercial e Industrial, ao Sindicato Agrícola e aos sectores económicos mais influentes da cidade. No entanto, tinha uma estrutura e uma coesão interna muito débil, dado que praticamente desapareceu enquanto partido após as eleições legislativas de 1925, embora os seus membros continuassem a liderar os principais cargos administrativos do concelho antes e depois do «28 de Maio».

O *Partido Monárquico* era liderado pelos membros das famílias tradicionais do concelho ligadas aos meios agrários. Este partido não dispunha de um centro “formal” e de um órgão de informação no concelho, embora um número significativo de monárquicos se reunissem habitualmente no *Círculo Eborense*. Ao nível dos órgãos administrativos o seu poder era limitado, tendo de aliar-se aos outros partidos conservadores para ter acesso aos “espaços de poder”. No entanto, tinha uma presença forte no Sindicato Agrícola de Évora.

O *Partido Republicano Nacionalista* conseguiu neste quadro político competitivo assumir-se desde a sua fundação como um partido com aspirações e estruturas para assumir o Poder.

3. A Fundação do Partido Republicano Nacionalista em Évora

¹³ Veja-se este processo em Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora. Da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa; Edições Cosmos, 2000, pp. 45-61.

Em Fevereiro de 1923 os directórios do Partido Republicano Liberal e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional¹⁴ decidiram que face à dificuldade de derrotar a tradicional hegemonia do P.R.P. era imperioso formar um novo partido. Os dois partidos separados dispersavam as forças moderadas da República, sendo por isso necessário formar uma alternativa de Governo aos «radicais» democráticos. O P.R.N. não era apenas um bloco parlamentar, mas um novo partido das direitas republicanas¹⁵.

O P.R.N. pretendia agrupar à sua volta os republicanos conservadores desgostosos com a acção do P.R.P. no Poder. Este partido tinha permanecido quase ininterruptamente na chefia do governo, alternando ministérios dominados pela corrente esquerdista com ministérios liderados pela corrente direita. O P.R.N. queria acabar com esta «Ditadura do Partido Democrático»¹⁶.

Em Évora, os reconstituintes e os liberais acordaram, em 27 de Fevereiro de 1923, numa reunião conjunta realizada no antigo centro político do P.R.R.N., a extinção dos dois partidos e a organização do Partido Republicano Nacionalista no concelho e no distrito. Por proposta do Dr. Manuel Sereto Moniz o novo centro político denominou-se - *Centro Republicano Nacionalista Ebovense*. Este centro instalou-se no espaço da antiga sede reconstituente, situada na rua Serpa Pinto n.º 9 , 1.º andar. A partir deste dia iniciaram-se os preparativos para a eleição dos corpos gerentes do *Centro Republicano Nacionalista* e das comissões políticas do partido no concelho, bem como a inscrição de sócios no novo centro¹⁷.

Numa sessão realizada no dia 4 de Março de 1923, estando presente o parlamentar Dr. Pedro Pita, foi oficialmente inaugurado o Centro Nacionalista e eleitas as comissões políticas do partido¹⁸. Este centro foi uma das chaves para o êxito do

¹⁴ Sobre o Partido Republicano de Reconstituição Nacional veja-se João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente: Clientelismo, faccionalismo e a descredibilização dos partidos políticos durante a Primeira República (1920-1923)*, tese de mestrado policopiada, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996.

¹⁵ “Partido Republicano Nacionalista ao País”, *Democracia do Sul*, 20 de Fevereiro de 1923, pp. 1-2.

¹⁶ “Perante uma ditadura partidária, apoiada pela acção já sem reboço do Chefe do Estado; em face dum cambalacho a que se convencionou chamar *bloco*, cuja finalidade se reduz a manter no governo, sempre e através de tudo, o partido democrático, ora o da suposta esquerda, ora o da presumida direita; diante de uns tantos sujeitos que esfrangalharam e tornaram a esfrangalhar a constituição, com um descaro sem precedentes aliado a uma hipocrisia inigualável; [...] em presença de tudo isso e porque no desarmar de feira de qualquer organização social sempre alguém fica a desempenhar as funções de sentinela vigilante dos princípios que a outra gente esqueceu; o Partido Republicano Nacionalista só tinha que seguir pelo caminho até agora trilhado, lutando contra todas as prepotências, protestando contra todas as ilegalidades, reagindo contra a série já imensa de actos que traduzem um acentuado desejo de subversão do existente”. (“O Partido Nacionalista”, *Democracia do Sul*, 18 de Fevereiro de 1925, p. 1).

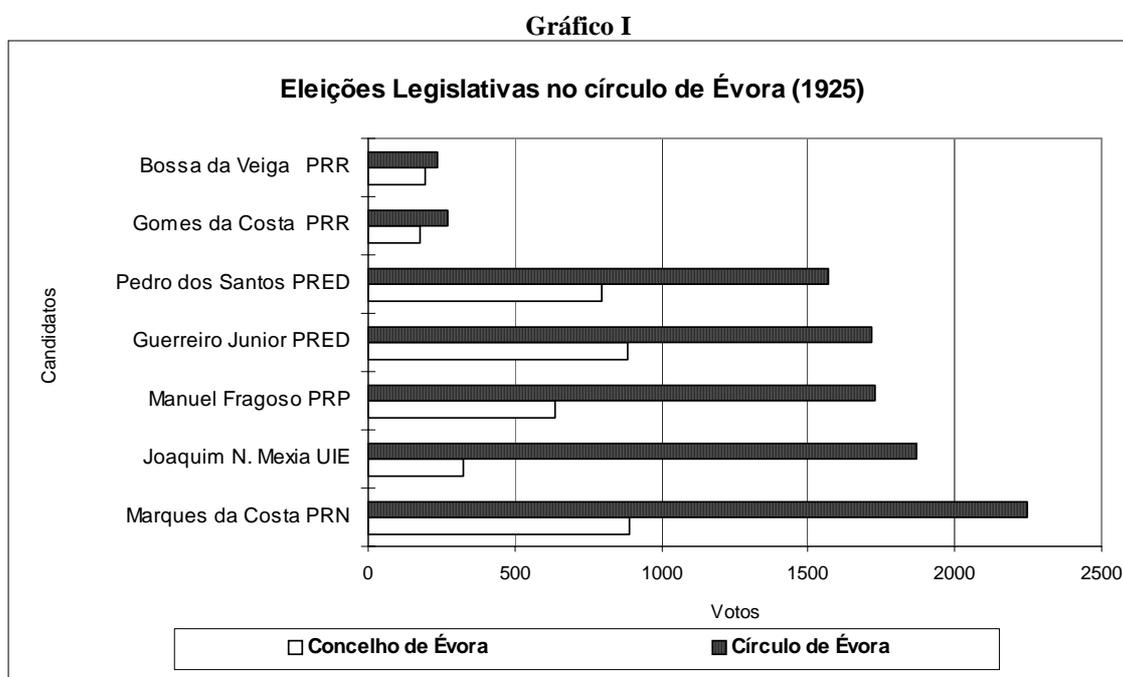
¹⁷ Cf., *Democracia do Sul*, 29 de Fevereiro de 1923, p. 2.

¹⁸ Cf., *Democracia do Sul*, 6 de Março de 1923, pp. 1-2.

P.R.N. na cidade de Évora. No entanto, existem outros motivos que explicam a afirmação deste partido na capital alentejana.

4. Uma (tentativa de) explicação para o êxito do Partido Republicano Nacionalista em Évora

O Partido Republicano Nacionalista conseguiu quebrar a tradicional hegemonia do P.R.P. e assumiu-se como uma alternativa conservadora dentro do quadro republicano no concelho de Évora tendo conseguido obter importantes vitórias eleitorais nas últimas eleições da I República.



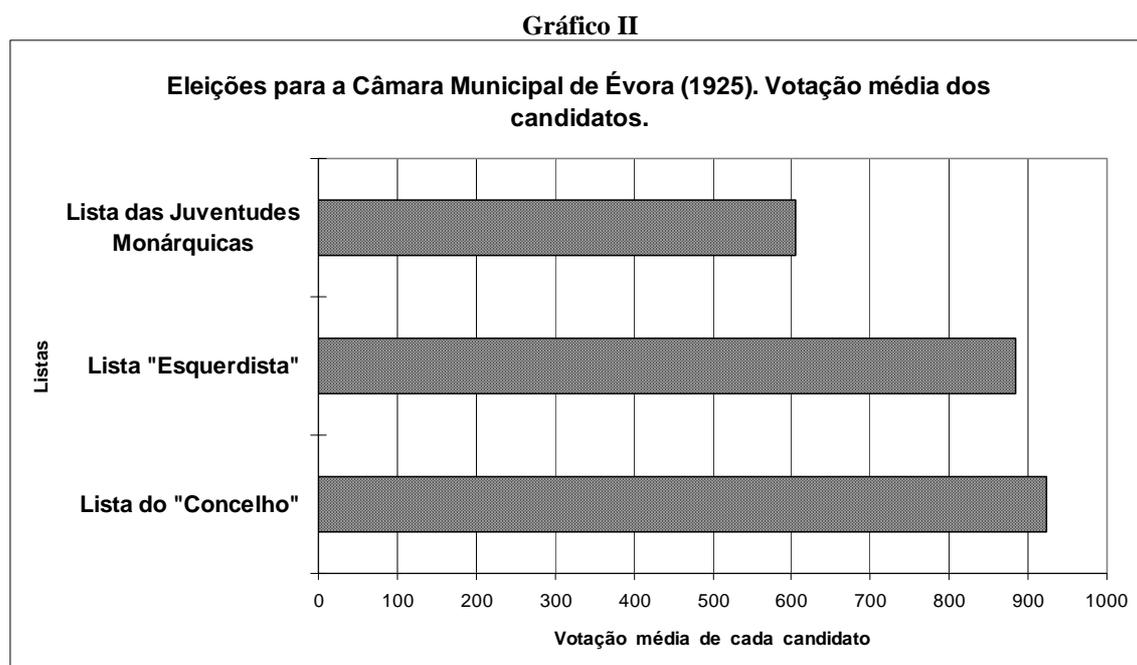
Fonte: Arquivo Histórico Parlamentar. Eleições Legislativas de 1925. Círculo n.º 34 (Évora), secção IX, Caixa n.º 448

As eleições legislativas de 1925 foram muito disputadas no círculo de Évora. O Partido Republicano Português (P.R.P.) viu a sua liderança histórica no concelho ficar comprometida pela dissidência do Partido Republicano da Esquerda Democrática (P.R.E.D.), à esquerda, e pela subida do Partido Republicano Nacionalista (P.R.N.), à direita. Participaram ainda nas eleições, o Partido Republicano Radical (P.R.R.) e a União dos Interesses Económicos (U.I.E.). O Dr. Alberto Jordão Marques da Costa distinto membro do P.R.N. eborense venceu estas eleições de uma forma destacada face aos outros candidatos, como se pode verificar no *Gráfico I*. Joaquim Nunes Mexia da

U.I.E. e Manuel Fragoso do P.R.P. também foram eleitos deputados. Os candidatos do P.R.E.D. estiveram perto de ser eleitos. No entanto, a máquina burocrática do Partido Republicano Português, que dominava a Comissão de Verificação de Poderes no Congresso, conseguiu fazer eleger o seu deputado em detrimento do candidato esquerdista.

Nas eleições municipais de 1925 os membros do P.R.N. lideraram uma coligação republicana conservadora (Lista do Concelho) que derrotou a conjunção esquerdista (Lista Esquerdista) e a Lista das Juventudes Monárquicas (veja-se o *Gráfico II*). O Partido Republicano Nacionalista venceu, igualmente nesse ano, as eleições para as juntas de freguesia da cidade de Évora¹⁹.

Entre 1923 e 1926 os membros do P.R.N. lideraram os principais cargos do Senado Municipal e da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Évora de onde tinham sido eleitos em Listas Republicanas Conservadoras em 1922 e 1925²⁰.



Fonte: *Notícias de Évora*, 25 de Novembro de 1925, pp. 1-2.

Como se poderá explicar o êxito do Partido Republicano Nacionalista em Évora? Penso que existem quatro motivos que podem explicar este facto:

¹⁹ Veja-se a análise mais pormenorizada de todos estes actos eleitorais em Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora ...*, ob. cit., pp. 39-68.

²⁰ Cf., Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora ...*, ob. cit., pp. 96-100.

A primeira causa tem um carácter nacional e interno ao Partido Republicano Nacionalista e relaciona-se com a sua *ideologia* moderada e aberta aos consensos que permitia atrair um conjunto alargado de potenciais apoiantes e votantes.

Quando em Fevereiro de 1923 os directórios do Partido Republicano Liberal (P.R.L.) e do Partido Republicano de Reconstituição Nacional (P.R.R.N.) decidiram unir-se tinham como principal objectivo quebrar a tradicional hegemonia do P.R.P.. Para conseguir esse fim era necessário formar um novo partido que unisse as forças moderadas da República que até esse momento tinham estado divididas. Este partido ordeiro representaria uma alternativa moderada de Governo face aos «radicais» democráticos. O P.R.N. pretendia com o seu discurso cativar um eleitorado republicano conservador tão alargado quanto possível que estivesse aberto a consensos com a sociedade civil rural e católica portuguesa da época e que se afastasse do radicalismo jacobino do P.R.P.

De facto, uma das ideias centrais que o P.R.N. queria transmitir era a sua capacidade de conciliar e de fomentar a harmonia entre interesses aparentemente contraditórios. O Partido Nacionalista defendia intransigentemente a República e encontrava-se “entre duas reacções”²¹: a reacção monárquica e a reacção jacobina. Esta imagem de *centrismo* que o P.R.N. quer deixar passar está bem patente na campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1925²². O Dr. Pedro Pita ao discursar em Arraiolos afirmou que trabalhadoras eram “todas as classes - mas todas - as que de algum modo contribuem para a prosperidade nacional, não podendo o operário

²¹ “Entre duas reacções”, *Democracia do Sul*, 15 de Outubro de 1925, p. 1-2.

²² No seu manifesto ao país os nacionalistas pretendiam seduzir as «forças vivas» através da questão dos impostos. O P.R.N. “reconhecendo que a agricultura, a industria e o comércio suportam dificilmente os encargos fiscais que os oneram, e que o actual regime tributário, complexo e exaustivo, constitui um embaraço grave ao desenvolvimento da riqueza nacional, (...) promoverá no parlamento a imediata revisão de toda a legislação fiscal, a fim de que se torne mais justa e mais equitativa a distribuição dos impostos, de que se facilitem as cobranças, de que se assegure ao contribuinte o direito de reclamação, e de que ninguém seja obrigado a pagar ao Estado mais do que legitimamente deva pagar-lhe.” Porém, também pretendiam cativar o operariado. Este grupo social enquanto “produtor de riqueza” tinham a consideração que lhe era devida. O P.R.N. desejava “sinceramente que as classes operárias” colaborassem “na vida do Estado”. Iria contribuir para que fosse “remodelada em bases modernas e justas a legislação do trabalho”. (“Partido Republicano Nacionalista ao País”, *Democracia do Sul*, 3 de Novembro de 1925, p. 1). Após as eleições legislativas os nacionalistas eram da opinião que a República tinha saído triunfante. O número dos seus inimigos eleitos, “se não é para desprezar, não tem aquela importância que os inimigos das instituições se atribuem”. Por outro lado, tinha ficado demonstrado que “o país, na sua quase totalidade, se não vai para a extrema esquerda, também repele a extrema direita, preferindo os que lhe dão garantias de ordem e legalidade.” (*Democracia do Sul*, 10 de Novembro de 1925, p. 1).

dispensar o industrial, ou o lavrador, nem estes aquele, sendo por isso indispensável que todas as classes vivam unidas para que a nacionalidade não soçobre”²³.

O P.R.N. defendia valores predominantemente conservadores, o primeiro dos quais, *a ordem*²⁴, ao qual ficará sempre identificado. Pretendia ainda o fortalecimento do princípio da autoridade e do poder civil, a valorização do Império colonial, bem com a moralização administrativa do Estado. Fazia ainda parte do seu programa a exaltação do culto das virtudes nacionais, a manutenção da unidade moral da Nação, o civismo, a disciplina, a coesão da família, e o direito da propriedade privada²⁵. Advogava uma aproximação e um novo relacionamento com a Igreja Católica²⁶.

A segunda causa relaciona-se com algumas *especificidades da política regional*. Em 1925 acentuaram-se de novo as divergências internas no Partido Democrático, o que levou a uma nova cisão no Verão de 1925. Algumas figuras emblemáticas do P.R.P., entre as quais se destacava José Domingos dos Santos, criaram um novo agrupamento

²³ *Democracia do Sul*, 13 de Outubro de 1925, p. 2.

²⁴ Os nacionalistas referindo-se ao governo de José Domingues dos Santos afirmaram que “teve, ao menos, o mérito de simplificar as situações e de extremar os campos. Dum lado está a desordem, do outro está a ordem. Dum lado, está a política do arbítrio, do sectarismo e da violência, a anarquia do Poder servida e defendida por todos os inimigos da sociedade e do Estado; do outro, a política da ordem, da legalidade e da justiça, a boa e sã política republicana, que não especula com os ódios e com as paixões populares, que não precisa de pactuar com desordeiros para defender as liberdades do povo, que não diminuí a dignidade do Poder, que não ameaça o direito de propriedade que não afronta a liberdade religiosa - a única política, enfim, que ainda hoje em Portugal pode fazer a nacionalização da República e que é aquela que o Partido Republicano Nacionalista tem, intransigentemente, defendido. Que o País se decida - por uma, ou outra. Ou pela desordem, ou pela ordem”. (“Ao País”, *Democracia do Sul*, 6 de Março de 1925, p. 2). Os nacionalistas no seu manifesto ao país durante a campanha eleitoral para as eleições de 1925 referiram que o P.R.N. era “um partido constitucional e um partido da ordem”. Não pretendia ser “dentro da República uma força de demolição, mas uma força construtiva e ordeira”. (“Partido Republicano Nacionalista ao País”, *Democracia do Sul*, 3 de Novembro de 1925, p. 1; cf., Capitão Nunes da Silva, “Pela Ordem”, *Democracia do Sul*, 14 de Outubro de 1925, p. 2).

²⁵ Cf., “Ao País”, *Democracia do Sul*, 6 de Março de 1925, pp. 1-2; “Partido Republicano Nacionalista ao País”, *Democracia do Sul*, 3 de Novembro de 1925, pp. 1-2; A. H. de Oliveira Marques, (Coordenação de), *Portugal da Monarquia para a República*, «Nova História de Portugal», vol. XI, Lisboa, Ed. Presença. 1991, pp. 389-391.

²⁶ “O Partido Nacionalista, fiel às suas afirmações compromete-se a tomar a iniciativa da introdução, no estatuto fundamental do Estado, de alterações tendentes a fortalecer o poder civil; a assegurar a representação de classes no Senado; a tornar efectiva a liberdade das religiões, especialmente da religião católica, que é a da maioria dos portugueses, de forma que, mantendo-se rigorosamente a neutralidade do Estado laico, seja livremente permitido o ensino religioso nas escolas particulares. Afirma, mais uma vez, o seu propósito de garantir, por todas as formas, o direito de propriedade individual, expresso na Constituição da República.” (“Partido Republicano Nacionalista ao País”, *Democracia do Sul*, 3 de Novembro de 1925, p. 1). Numa sessão comemorativa do “Nove de Abril” realizada em 1925, o presidente do Senado da Câmara Municipal de Évora, Dr. Domingos Rosado (membro destacado do P.R.N.) cedeu a cadeira da cidade ao representante da Igreja o que provocou o protesto imediato do Governador Civil, Dr. Jorge Capinha (dirigente do P.R.P.). O mais alto magistrado do distrito recusou-se a tomar parte na mesa da sessão, assistindo ao acto num camarote. Este incidente teve um grande

político – Partido Republicano da Esquerda Democrática ao qual se juntaram muitos antigos membros da tendência canhota que existia no Partido Democrático, que era minoritária face aos «bonzos»²⁷.

O P.R.P. foi muito afectado pela dissidência da Esquerda Democrática em Évora. A maior parte dos elementos da comissão distrital e concelhia do partido ingressam na Esquerda Democrática. O P.R.P. perdeu para a Esquerda Democrática não só a sua elite política em Évora, como também o seu órgão de informação (*O Democrático*), o seu centro político, e grande parte do seu eleitorado.

Nas eleições legislativas de 1925 no círculo de Évora o P.R.P. conseguiu eleger apenas um deputado, com dificuldade e com a necessidade de recorrer a uma aliança com o P.R.N. e com a U.I.E. e à sua influência no «Terreiro do Paço» (nas eleições anteriores tinha conseguido sempre a maioria). Por outro lado, não participou com listas próprias nas eleições para a Câmara Municipal e para as Juntas de Freguesia de Évora do mesmo ano, ao contrário do P.R.E.D. que participou em ambas. O potencial eleitoral e de patrocínio do P.R.P. ao ser dividido no distrito de Évora permitiu ao P.R.N. assumir-se como o primeiro agrupamento político nesta região²⁸.

A terceira causa é de âmbito local e interno ao Partido e relaciona-se com a *organização interna* que o P.R.N. conseguiu edificar em Évora. Esta organização embora possa ser considerada eficaz, quando comparada com os outros partidos, tinha os mesmos problemas de todos os partidos de notáveis da época.

O Partido Republicano Nacionalista à semelhança dos outros partidos Republicanos conservadores surgiu no Congresso. Dado que não eram os partidos que formavam o Parlamento. *O Parlamento é que criava os partidos e as facções*²⁹. O P.R.N. e os outros partidos de notáveis dos anos vinte na Europa do Sul eram dominados pela elite parlamentar e pelos ex-ministros e pelas suas clientelas de notáveis regionais e caciques locais. A organização e a burocracia partidária era muito débil e resumia-se muitas vezes apenas a relações pessoais, a comissões políticas com actividade apenas nos períodos eleitorais, a centros partidários nas cidades e a alguns jornais nacionais e regionais, tendo os seus líderes uma grande autonomia. Por outro

destaque no órgão de informação do P.R.P. (cf., “Um incidente”, *O Democrático*, 12 de Abril de 1925, p. 1).

²⁷ Tendência maioritária dentro do P.R.P. liderada por António Maria da Silva.

²⁸ Cf., Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora ...*, ob. cit., pp. 45-68.

lado, eram partidos fracamente doutrinados mas profundamente pragmáticos. Não ambicionavam mobilizar grandes massas populacionais, nem transmitir uma imagem e uma identidade colectiva forte e consistente. O seu objectivo central era aliciar o maior número de influentes regionais e locais, dado que este tipo de partidos era composto pelo somatório dos notáveis e das suas clientelas locais. A coesão interna mantinha-se pela perspectiva de distribuição de favores colectivos (uma estrada ou uma escola para uma localidade) e individuais (recomendações para empregos ou resolução de problemas burocráticos com a administração pública) dos patronos aos seus afilhados, em troca de apoio político durante o processo eleitoral. Contudo, a indisciplina, a fragmentação e as cisões, neste tipo de partido foram frequentes devido principalmente a diferenças pessoais e lutas de liderança. Estas cisões provocavam uma associação de notáveis e seus amigos em torno dos novos líderes com ramificações por todo o País³⁰. A maioria dos partidos utilizava, nos anos vinte, uma estratégia política mista em simultâneo, com uma prática política moderna mais acentuada nos meios urbanos e uma acção política clientelar nos meios rurais³¹. Entre as práticas políticas modernas podemos destacar o percurso dos candidatos pelo círculo em campanha eleitoral, a confraternização com os votantes, o comício, a eleição do candidato no seio do partido, a elaboração de um programa e a obtenção de favores para toda a colectividade e já não só para alguns indivíduos da mesma comunidade. As práticas tradicionais continuaram a persistir, em particular nos meios rurais, como a compra do voto, a acção dos caciques, a violência, a coacção sobre os trabalhadores por parte do seu patrão, a intervenção do Governador Civil e de outros membros da administração pública, a fraude e a manipulação final dos resultados eleitorais³².

Em Évora, à semelhança do resto do país, o processo de filiação no Partido Republicano Nacionalista foi executado de cima para baixo. Primeiro desvincularam-se

²⁹ *Diário de Lisboa*, 7-4-1925, p. 16.

³⁰ Cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente...*, ob. cit.; María Sierra, *La política del pacto. El sistema de la restauración a través del partido conservador sevillano (1874-1923)*, Sevilla, Diputación de Sevilla, 1996; Javier Moreno Luzón, "Partidos y Parlamento en La crisis de la Restauración" in Mercedes Cabrera (Dir.), *Con Luz e Taquígrafos. El Parlamento en la Restauración (1913-1923)*, Madrid, Taurus, 1998, pp. 67-102; Luis Íñigo Fernández, *La Derecha Liberal en la Segunda República Española*, Madrid, UNED, 2000; José Varela Ortega, (Director), *El poder de la influencia. Geografía del caciquismo en España (1875-1923)*, Madrid, Marcial Pons, 2001.

³¹ Antonio Rivera, "País Vasco" in José Varela Ortega, (Director), *El poder de la influencia...*, ob. cit., pp. 462-463

³² Veja-se o relatório sobre as eleições para a Câmara Municipal de Mafra em 1924, onde um delegado do Ministro do Interior conseguiu influenciar os notáveis locais no sentido da lista do P.R.P. sair vencedora.

os parlamentares que levaram consigo os líderes regionais e estes os membros locais. A filiação era feita “por intermédio de”, ou seja por razões de solidariedade ou de dependência pessoal, muito mais de que por um acto de identificação política e ideológica. Foi um processo amigo a amigo, patrono a cliente. A chamada “adesão da carneirada” ou “filiação por pirâmides de amigos”³³. Os reconstituintes e os liberais acordaram, em 27 de Fevereiro de 1923, numa reunião conjunta realizada no antigo centro político do P.R.R.N. em Évora, a extinção dos dois partidos e a organização do Partido Republicano Nacionalista no concelho e no distrito. O novo centro político denominou-se - *Centro Republicano Nacionalista*. No dia 1 de Março de 1923 o novo centro iniciou a sua actividade com 230 sócios fundadores fruto da inscrição dos antigos reconstituintes e liberais, bem como de alguns independentes. No entanto, muitos dos associados não tiveram conhecimento da inscrição tendo-se negado a pagar a quota de Março e outros inscritos não conseguiram ser identificados pela direcção do centro durante alguns meses, dado que não se sabia quem eram³⁴. O partido não tinha um cadastro nacional e as quotas do centro serviam apenas para financiar algumas actividades do partido a nível local, tendo os notáveis que avançar com a sua fortuna pessoal para as despesas de promoção partidária. O partido era composto pelo somatório dos notáveis e das suas clientelas locais que formavam uma série de confederações locais com uma interligação horizontal e vertical reduzida. As alianças partidárias tinham mais um carácter instrumental e local do que ideológico ou nacional. Os interesses familiares e as incompatibilidades pessoais estavam a cima de qualquer teoria política, embora nos meios urbanos, como começava a ser o caso de Évora, esta situação tendesse a esbater-se.

O P.R.N. era pouco democrático a nível interno. Havia o que se pode chamar “decisão por interpretação” nas reuniões. Estas são mais para dar conhecimento do que para debater. As propostas são aprovadas por ovação e não por votação³⁵. Veja-se a reunião realizada em Fevereiro de 1923 em Évora, entre liberais e reconstituintes, para decidir da fusão dos dois partidos. Foi mais para dar informações do que para discutir.

ANTT, Direcção Geral da Administração política e civil. 1.ª Repartição (Administração Política). Registos de Correspondência recebida, Maço 129 (1924).

³³ Veja-se o processo semelhante ocorrido na formação do Partido Reconstituente: João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente ...*, ob. cit., pp. 41-47.

³⁴ Cf., Arquivo Particular de Cláudio Percheiro (Évora) - Ficha de inscrição n.º 226, Centro Republicano Nacionalista - Livro de Sócios Inscritos.

³⁵ Cf., João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente ...*, ob. cit., pp. 66-67.

A reunião terminou enviando-se um telegrama a saudar o novo partido³⁶. O mesmo sucedeu na reunião para analisar a decisão do Directório do Partido Nacionalista de não viabilizar um governo presidido pelo Dr. Afonso Costa³⁷, ou na indicação de um correligionário para o cargo de Governador Civil de Évora³⁸. As comissões serviam quase só para idolatrar e aclamar os líderes – “para dar vivas”. Imperava uma cultura de dependência e de submissão³⁹. Os notáveis é que tinham a palavra decisiva nas decisões.

No entanto, o Partido Nacionalista em Évora, embora continuasse a ter uma organização clientelar, típica dos partidos de notáveis, possuía uma boa organização, quando comparada com os outros partidos, possibilitando-lhe actuar de uma forma rápida e eficiente sempre que era necessário, acompanhando e integrando os seus apoiantes. O Partido Republicano Nacionalista conseguiu formar a partir de Março de 1923 uma densa rede de comissões políticas no distrito. Em Évora existiam quatro comissões políticas das juntas de freguesia urbanas, a comissão política concelhia, a comissão distrital e a direcção do *Centro Republicano Nacionalista Eborense*. Estas comissões embora estivessem sujeitas a uma “cultura de obediência” face aos notáveis locais, reuniam com alguma regularidade e desenvolviam actividades partidárias com visibilidade.

Parte desta visibilidade devia-se ao importante meio de afirmação local e regional que o partido dispunha em Évora. O jornal *Democracia do Sul* defendia diariamente as teses do Partido Republicano Nacionalista, tendo por director o Dr. Alberto Jordão Marques da Costa, líder incontestável do partido em Évora e com alguma notoriedade ao nível da elite nacional do partido, dado que era membro substituto do directório (1923-1931).

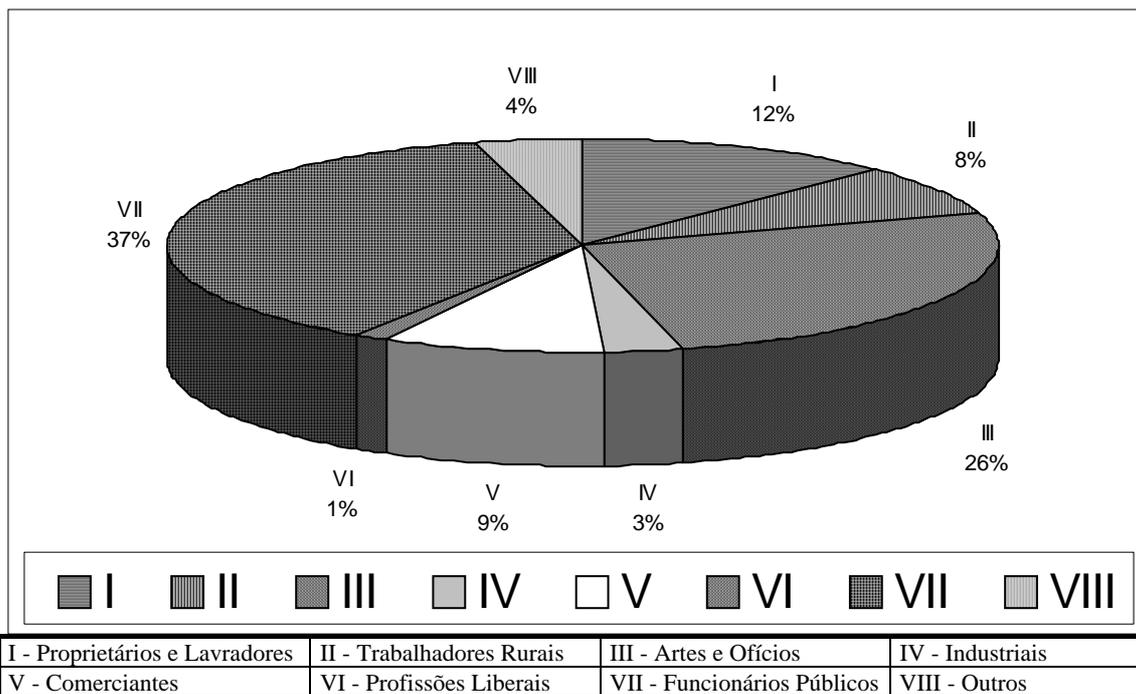
Gráfico III - Composição sócio-profissional dos sócios do Centro Republicano Nacionalista Eborense (1923-1928)

³⁶ Cf., *Democracia do Sul*, 29 de Fevereiro de 1923, p. 2.

³⁷ Cf., *Democracia do Sul*, 14 de Novembro de 1923, p. 2.

³⁸ Cf., *Democracia do Sul*, 20 de Novembro de 1923, p. 2.

³⁹ João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, *O Partido Reconstituente ..*, ob. cit., p. 72.



Fonte: Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Centro Republicano Nacionalista.- Livro de Sócios Inscritos.

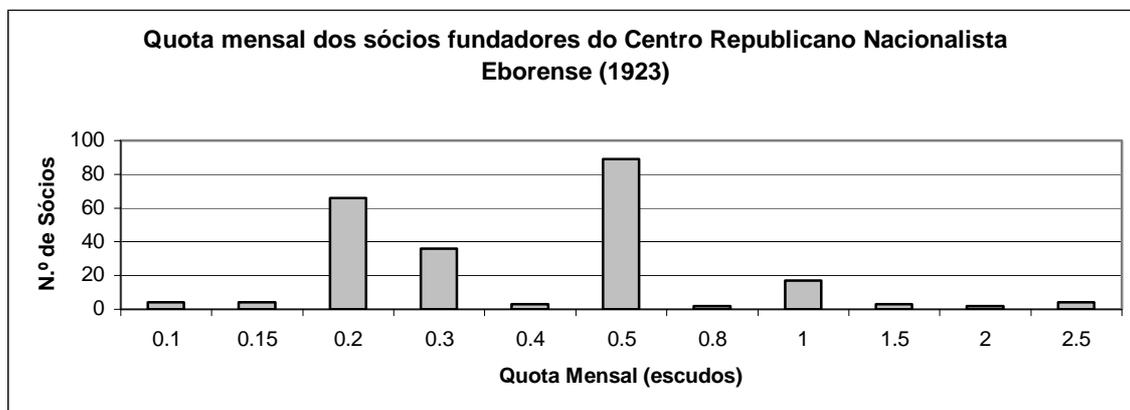
Parte do sucesso do P.R.N. deveu-se também ao papel dinamizador do seu centro político que se formou no dia 1 de Março de 1923. O *Centro Republicano Nacionalista Eborense* era um dos principais pólos de sociabilidade política da cidade (existiam mais três centros políticos: Radical, Esquerdista e Democrático). O centro iniciou a sua actividade com 230 sócios fundadores fruto da inscrição dos antigos reconstituíntes e liberais, bem como de alguns independentes. Até 31 de Agosto de 1926 tinham-se inscrito 330 sócios. Tendo em conta o número de recenseados no concelho de Évora em 1925, podemos afirmar que o centro dispunha de cerca de 9% dos potenciais votantes⁴⁰. A composição sócio profissional desta associação era heterogénea e interclassista, indo ao encontro do seu discurso ideológico, como se pode verificar no *Gráfico III*. Predominavam funcionários públicos (37%) e trabalhadores das artes e ofícios (26%). No entanto, proprietários e lavradores (12%), comerciantes (9%) e trabalhadores rurais (8%) também tinham uma presença significativa.

A quota mensal que os sócios fundadores pagaram no centro nacionalista em 1923 oscilou entre 0,1 e 2,5 escudos (Veja-se *gráfico IV*). Chegando a quota máxima aos 5 escudos em 1926. A quota média e a moda situava-se nos 0,5 escudos. Aqueles que pagavam uma quota mais elevada era aqueles que tinham um estatuto sócio-

⁴⁰ Desconhecemos o número de sócios que se foi desligando do centro nacionalista entre 1923 e 1925. No entanto, até Dezembro de 1925 tinham-se inscrito 308 sócios. Em 1925 encontravam-se recenseados 3226 indivíduos no concelho de Évora. Cf., Manuel Baiôa, *Elites políticas em Évora ...*, ob. cit., p. 43.

profissional mais elevado e que tinham uma participação política mais activa, tendo uma posição de destaque na hierarquia do partido e concorriam aos lugares políticos mais prestigiados: deputado, vereador da Câmara Municipal e Governador Civil.

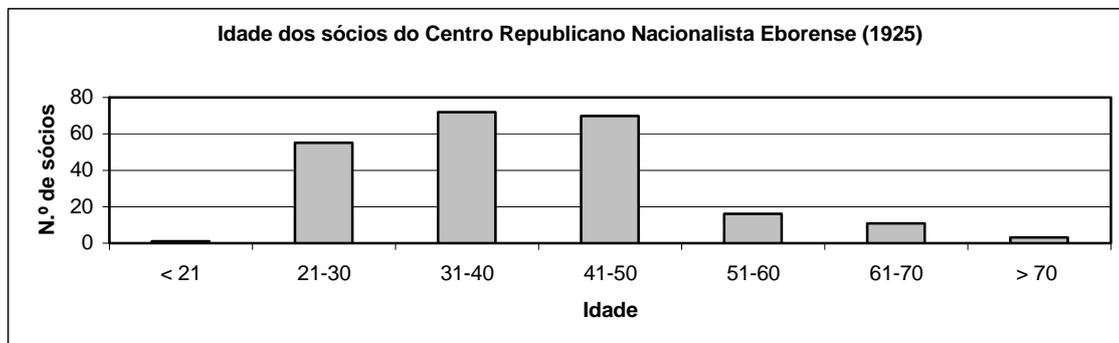
Gráfico IV



Fonte: Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Centro Republicano Nacionalista.- Livro de Sócios Inscritos.

A idade média dos sócios do centro situava-se nos 40 anos, sendo de destacar a elevada presença de elementos entre os 21 e os 50 anos, em contraste com a reduzida presença de indivíduos com mais de 50 anos e a quase insignificante participação dos menores de 21 anos (veja-se o *gráfico V*). O ingresso destes jovens na actividade partidária não representava um interesse acrescido nem para o partido nem para os próprios, dado que não podiam ser cidadãos activos. Já a reduzida presença de sócios maiores de 50 anos poderá ser explicada pela baixa esperança de vida masculina nos anos vinte e pela aproximação desta faixa etária a outros agrupamentos políticos, ainda que esta última hipótese ainda não tenha sido aferida com estudos aprofundados.

Gráfico V



Fonte: Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Centro Republicano Nacionalista.- Livro de Sócios Inscritos.

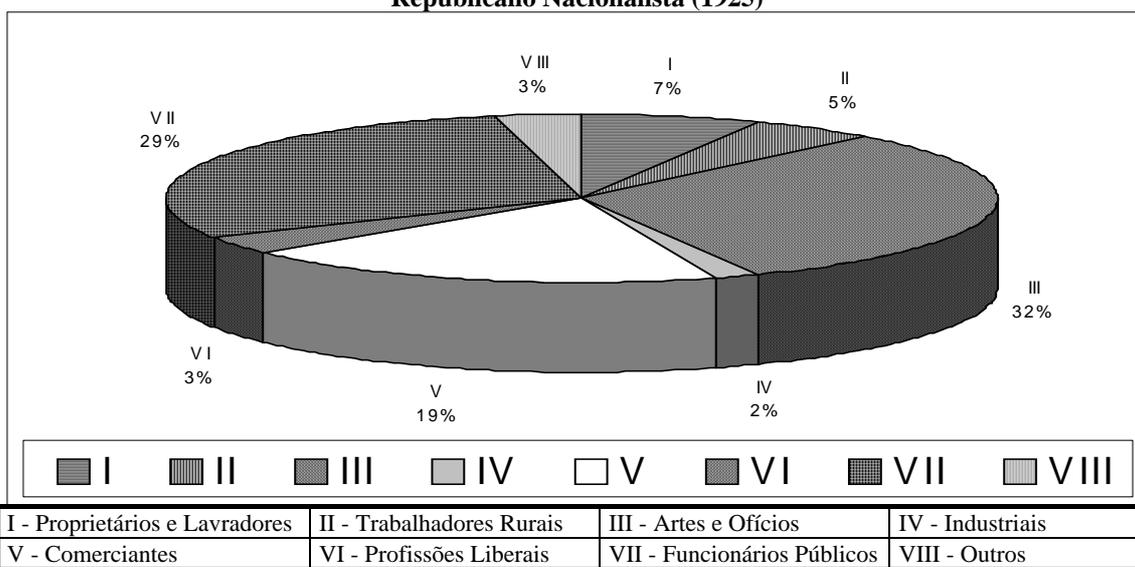
Em quarto e último lugar, temos o elemento central que em nossa opinião explica o êxito do P.R.N. na capital alentejana - a *elite* partidária local.

Os corpos dirigentes do Partido Nacionalista eborense eram bastante heterogéneos. Este facto ia ao encontro do seu discurso ideológico de partido interclassista, já que todos os grupos sociais estavam representados nas suas comissões políticas. O grupo mais numeroso era o dos trabalhadores das artes e ofícios (32%), seguido dos funcionários públicos (29%), dos comerciantes (19%), e dos proprietários e lavradores (7%). Os trabalhadores rurais bem como os profissionais liberais e os industriais também tinham uma presença, embora reduzida em número, nos órgãos directivos do partido (veja-se o *gráfico VI*).

Todavia, esta circunstância não pode iludir o facto de apenas um número muito reduzido de personalidades dominarem as estruturas do partido a nível local, ao mesmo tempo que conseguiam relacionar-se facilmente com a elite nacional. O Partido Republicano Nacionalista dispunha nos seus quadros de personalidades com formação universitária que podiam desempenhar as funções de «patrono burocrata». No início do século XX o patrocínio tradicional específico de sociedades fortemente ruralizadas tendeu a transformar-se. O clientelismo tradicional, embora não desapareça, tendeu a diluir-se para dar lugar ao patrocínio de Estado ou burocrático. Com o «cacique proprietário» passaram a competir novos patronos e intermediários (comerciantes, médicos, advogados, funcionários públicos e deputados entre outros) que controlavam e proporcionavam certos recursos, bens e serviços específicos, particularmente a mediação com o Estado, daí a importância do «cacique burocrata» na articulação entre o centro e a periferia. Este clientelismo geralmente designado de transição (entre o clientelismo tradicional e o clientelismo burocrático) surge em vilas e cidades da província onde se assiste à afirmação do mundo urbano e do Estado Central, como era o caso de Évora⁴¹.

⁴¹ Cf., Fernando Farelo Lopes, *Poder Político e Caciquismo na I República Portuguesa ...*, ob. cit., pp. 11-50; João Manuel Garcia Salazar Gonçalves da Silva, “O Clientelismo partidário durante a I República: o caso do Partido reconstituente (1920-1923)”, *Análise Social*, Vol. XXXII, n.º 140, pp. 31-74.

Gráfico VI- Composição sócio-profissional dos dirigentes políticos do concelho de Évora do Partido Republicano Nacionalista (1925)



Fonte: Manuel Baião, *Elites Políticas em Évora da I República à Ditadura Militar (1925-1926)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, p. 259.

O Partido Republicano Nacionalista dispunha nos seus quadros de personalidades que podiam desempenhar as funções de «patrono burocrata». Esta elite tinha a possibilidade de estabelecer uma intercessão entre algumas necessidades dos membros do P.R.N. e o Estado. O Dr. Alberto Jordão Marques da Costa membro da comissão distrital e director do centro do P.R.N. (1923-1928) representava este novo tipo de mediador. Era advogado, professor e reitor do Liceu André de Gouveia. Foi ainda Governador Civil de Évora em duas ocasiões (de 27/12/1914 a 05/02/1915 e de 24/05/1915 a 23/10/1917) e deputado entre 1919 e 1921 e entre 1922 e 1926. Presidiu à Comissão Executiva (1923-1925) e ao Senado (1926) da Câmara Municipal de Évora e foi Provedor da Misericórdia (1920-1923). Dirigiu o diário *Democracia do Sul* (1917-1932), órgão oficioso nacionalista, foi membro substituto do Directório do P.R.N. (1923-1931) e chefe de Gabinete do Ministro Pedro Pita (Novembro/Dezembro de 1923)⁴². O Dr. Domingos Vítor Cordeiro Rosado era outro dos membros destacados

⁴² Alberto Jordão Marques da Costa nasceu em 04/01/1884 e era filho de Manuel Marques da Costa. Bacharel em Direito pela Universidade de Lisboa. Encontrava-se em 1925 licenciado sem vencimento do cargo de bibliotecário da Biblioteca Pública de Évora. Em termos políticos militou no PRP até 1920, tendo sido eleito deputado por este partido em 1919. Aderiu mais tarde ao Partido Reconstituente (1920-1923) e ao Partido Republicano Nacionalista (1923-1931), com os quais foi deputado em 1922-25 e em 1925-26. Foi director do *Democracia do Sul* desde 2 de Agosto de 1917, quando este era o órgão local do Partido Democrático (PRP), até 1932. Este periódico defendeu ainda as cores dos reconstituíntes e dos nacionalistas. Dirigiu ainda o semanário do Partido Republicano Português *O Democrático* entre 28 de Fevereiro de 1915 e 7 de Maio de 1916. Era alferes miliciano na reserva de artilharia. Cf., Arquivo Histórico Parlamentar. Eleições Legislativas de 1925. Círculo n.º 34 (Évora), secção IX, Caixa n.º 448; Arquivo do Governo Civil do Distrito de Évora, Registo de folhas de vencimento deste governo civil, Livro 8 (1913 a 1919); *Lista Geral de Antiguidade dos Oficiais do Exército Metropolitano e*

que o P.R.N. contava nas suas fileiras. Era advogado e professor da Escola Primária Superior, foi deputado em 1919, Governador Civil em 1921 e 1923-1924 e Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Évora em 1919 e 1926⁴³.

A influência destes dois notáveis nas Escolas e na Câmara Municipal de Évora é visível no recrutamento partidário, dado o elevado número de contínuos das escolas, de polícias municipais e funcionários da Câmara Municipal de Évora que ingressaram no centro nacionalista⁴⁴. O poder que o Dr. Alberto Jordão Marques da Costa contava em Évora pode-se comprovar também pelo facto de ter conseguido levar por diante a sua candidatura a deputado pelo círculo de Évora em 1922, contrariando a posição do Directório do PRRN que queria candidatá-lo pelo círculo de Santo Tirso.

Como referimos anteriormente, o Partido Republicano Nacionalista tinha uma composição sócio-profissional heterogénea ao nível dos seus membros e da sua elite, o que lhe permitia ter alguma sensibilidade para os problemas dos vários grupos sociais. Por outro lado, os seus notáveis tinham uma longa experiência política. A maioria dos membros das comissões políticas do P.R.N. tinha transitado do P.R.R.N. Contudo, uma parte significativa tinha iniciado a sua carreira política alguns anos antes no P.R.P., no Partido Evolucionista e no Partido Unionista, tanto mais que era o partido que tinha a média de idade mais elevada de entre as comissões políticas dos partidos de Évora (42 anos). Dois membros das comissões políticas do P.R.N. faziam parte dos corpos directivos da Associação Comercial e Industrial de Évora e outros dois da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Eborense, o que atesta uma presença, embora reduzida, em duas das principais organizações económicas da cidade. No entanto, onde este partido tinha uma presença mais expressiva era na Câmara Municipal e na Misericórdia de Évora antes do «28 de Maio». Significativo era a ausência dos seus membros dos corpos gerentes do Sindicato Agrícola de Évora, instituição dominada por elementos monárquicos e da U.I.E., o que demonstra o afastamento das elites republicanas conservadoras das principais instituições económicas da cidade⁴⁵.

empregados civis - 1925, (1926), Lisboa, Imprensa Nacional, p. 103; *O Democrático*, 11 de Julho de 1920, p. 2; *idem*, 5 de Setembro de 1920, p. 2; *idem*, 17 de Julho de 1921, p. 1; *idem*, 5 de Fevereiro de 1922, p. 2; *idem*, 9 de Março de 1926, p. 1; *idem*, 4 de Abril de 1926, p. 1; *Democracia do Sul*, 18 de Agosto de 1920, p. 1; *idem*, 22 de Março de 1925, p. 2; *Notícias de Évora*, 7 de Novembro de 1925, p. 1.

⁴³ Veja-se uma análise mais alargada da elite nacionalista em Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora ...*, ob. cit., pp. 81-85, 96-105.

⁴⁴ O Centro Republicano Nacionalista de Évora teve como sócios 21 polícias, 5 funcionários das escolas e 10 funcionários da Câmara Municipal. Cf., Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Centro Republicano Nacionalista.- Livro de Sócios Inscritos.

⁴⁵ Cf., Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora ...*, ob. cit., pp.81-85.

A elite dirigente alargada do P.R.N. eborense não era muito diferente em termos sociais do Partido Democrático e mesmo da Esquerda Democrática, embora neste último se notasse uma presença mais acentuada de funcionários públicos. Em relação ao Partido Radical e ao Partido Comunista destacava a forte presença de profissionais das artes e ofícios e o reduzido número de membros com formação universitária. Em relação ao Partido Monárquico, ao Centro Católico e à União dos Interesses Económicos, salientava-se a reduzidíssima presença de funcionários públicos e o facto de estes partidos concentrarem a maior parte da elite económica da cidade, particularmente lavradores e proprietários e alguns comerciantes e industriais.

5. A Extinção do Partido Republicano Nacionalista em Évora

O golpe militar de «28 de Maio de 1926» há muito esperado pelos adversários do P.R.P. foi acolhido com entusiasmo e esperança de finalmente poder-se acabar com a «Ditadura do Partido Democrático». Todos estavam na expectativa de representar algo na nova situação que se estava criando.

Os nacionalistas eborenses através da *Democracia do Sul* mostraram que estavam satisfeitos com o movimento militar, pois a “acumulação dos erros sucessivos [dos governos democráticos] não podia manter-se, não era de molde a prolongar-se indefinidamente”⁴⁶. No entanto, frisavam que iriam apreciar a actuação do novo Governo⁴⁷. Em relação à política local também defenderam uma posição parecida, embora aqui estivessem já no Poder e desejavam assim continuar. Por isso, apoiaram a nomeação do novo Governador Civil, mas não deixaram de sublinhar que iriam criticar a sua actuação sempre que se justificasse. Por outro lado, exigiam a manutenção da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Évora e das Juntas de Freguesia lideradas pelos nacionalistas⁴⁸.

⁴⁶ *Democracia do Sul*, 1 de Julho de 1926, p.1.

⁴⁷ “Considerando que o Governo saído do movimento militar, tendo-se colocado ao serviço da República, afirma o propósito de realizar a obra de restauração administrativa de disciplina social e de renovação nacional de que o país carece: O Directório do Partido Nacionalista aconselha os seus correligionários a não oporem embaraços à efectivação dessa obra, embora reservando-se o direito de, imparcialmente, a apreciar, e faz votos para que a acção do Governo inspirada nos bons princípios republicanos e na salutar intenção de acalmar todas as paixões políticas, conduza a uma situação de prosperidade para o País e de prestígio para a República.” (A situação política”, *Democracia do Sul*, 20 de Junho de 1926, p.1).

⁴⁸ Cf., *Democracia do Sul*, 11 de Junho de 1926, p.2; *idem*, 18 de Junho de 1926, pp. 1-2; *idem*, 22 de Junho de 1926, pp. 1-2.

O Governador Civil não atendeu o pedido dos nacionalistas ao não os reconduzir nos órgãos do poder local. Esta situação provocou uma crítica cerrada dos nacionalistas eborenses contra o Governador Civil e contra a Ditadura Militar⁴⁹. Alberto Jordão Marques da Costa, o mais importante dirigente nacionalista e director da *Democracia do Sul* criticou a escolha dos novos elementos da Comissão Executiva. Na sua opinião, esta era constituída por alguns monárquicos e por antigos senadores pouco assíduos⁵⁰.

A direcção do Centro Republicano Nacionalista reuniu em inícios de Agosto de 1926. O presidente do centro, Dr. Alberto Jordão Marques da Costa deu conhecimento aos outros elementos da direcção de “determinadas instruções do directório do Partido”. Por outro lado, “apreciou-se a situação política local, constatando-se a sua desarmonia com a orientação que o presidente do Governo várias vezes tem exposto”⁵¹.

Alberto Jordão Marques da Costa publicou no final de Novembro um “balanço político” da situação que se vivia em Portugal após o “28 de Maio”. Alberto Jordão defendia a clarificação da posição das pessoas face à “situação”. Ele, sendo um político, era um dos visados pela crítica da Ditadura. No entanto, esperava no seu “posto”, na esperança que um dia voltassem a “reconhecer a necessidade dos políticos”⁵².

Após o movimento revolucionário de Fevereiro de 1927 foram presos e deportados centenas de homens, dissolvidas várias unidades do exército e da G.N.R. e encerrados alguns centros políticos e associações que estiveram envolvidos na insurreição⁵³. Em Évora foram presos alguns revolucionários e políticos, entre os quais

⁴⁹ Veja-se a análise deste processo em Manuel Baiôa, *Elites Políticas em Évora ...*, ob. cit., pp. 141-149.

⁵⁰ Cf., A. Jordão, “Política de Évora. A nova Comissão Administrativa do Município”, *Democracia do Sul*, 7 de Julho de 1926, p.1-2.

⁵¹ “Centro Republicano Nacionalista”, *Democracia do Sul*, 7 de Agosto de 1926, p. 2.

⁵² “Há gente séria e digna ao lado do ministério Carmona, assim como a temos do lado oposto. Chegou-se, no entretanto, a ponto tal, que não há o direito de jogar com pau de dois bicos. Habilidades de *jongleur* não servem, não são admissíveis. O Governo tem interesse, por certo, em saber com quem conta; e nós, os que o não acompanhamos, achamos lógico que o governo assim pense. Nesta altura é já por demais sabido que o gabinete, tendo assestado baterias contra os partidos políticos republicanos, dá-lhes combate sem tréguas. Estes, num natural movimento de conservação e de defesa, exortam os correligionários a manter-se no posto em que o 28 de Maio os encontrou, na esperança de que se há-de chegar a reconhecer a necessidade dos políticos, para fazerem a política da nação. Os que ouvem o grito que os dirigentes soltam, continuam soldados da causa que vinham a servir; os que fazem ouvidos de mercador, ficarão pelo caminho, em outra grei, que a sua razão, as suas tendências e a sua vontade quiseram escolher. Estas considerações, que poderão parecer inoportunas, ou, sequer, inoportunas, têm o merecimento do desassombro com que são postas; e, o que é mais, afastam possíveis confusões no momento presente e fornecem material de lição para o futuro. As atitudes dúbias não são adequadas a nenhuma situação e muito menos à que atravessamos. Pensa, certamente, assim, o governo; assim pensam os dirigentes dos partidos republicanos e igual modo de ver perfilhamos nós.” (A. J., Balanço político”, *Democracia do Sul*, 30 de Novembro de 1926, pp. 1-2).

⁵³ Cf., *Democracia do Sul*, 15 de Fevereiro de 1927, p. 2; Luís Farinha, *O Revirvalho. Revoltas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*, Lisboa, Estampa, 1998.

se contava o Dr. Alberto Jordão Marques da Costa⁵⁴ e foi encerrada a sede do Centro Republicano Esquerdista no dia 25 de Fevereiro de 1927⁵⁵. O Centro Republicano Nacionalista continuou a funcionar, apesar da maioria dos sócios ter abandonado este espaço político, uns por não pagarem a quota, outros por *MEDO*⁵⁶ da Ditadura. Em 1928 só restavam 40 sócios dos 330 que ao longo dos anos tinham ingressado neste espaço de sociabilidade. Os lavradores e proprietários abandonaram maciçamente o centro nacionalista como se pode verificar no *Gráfico VII*, possivelmente por encontrarem no novo regime resposta às suas antigas reivindicações. Os membros da polícia e os funcionários das escolas e da Câmara Municipal de Évora que tinham sido tão expeditos a ingressar no centro saíram em grande número⁵⁷, certamente com receio da repressão das suas novas chefias e pelo facto de verem o seu antigo patrono estar a ser punido pelas novas autoridades. Logo após o golpe militar houve uma desmobilização dentro do partido dado que as benesses que os partidários podiam receber desapareceram e pelo contrário, as contrariedades podiam ser muitas.

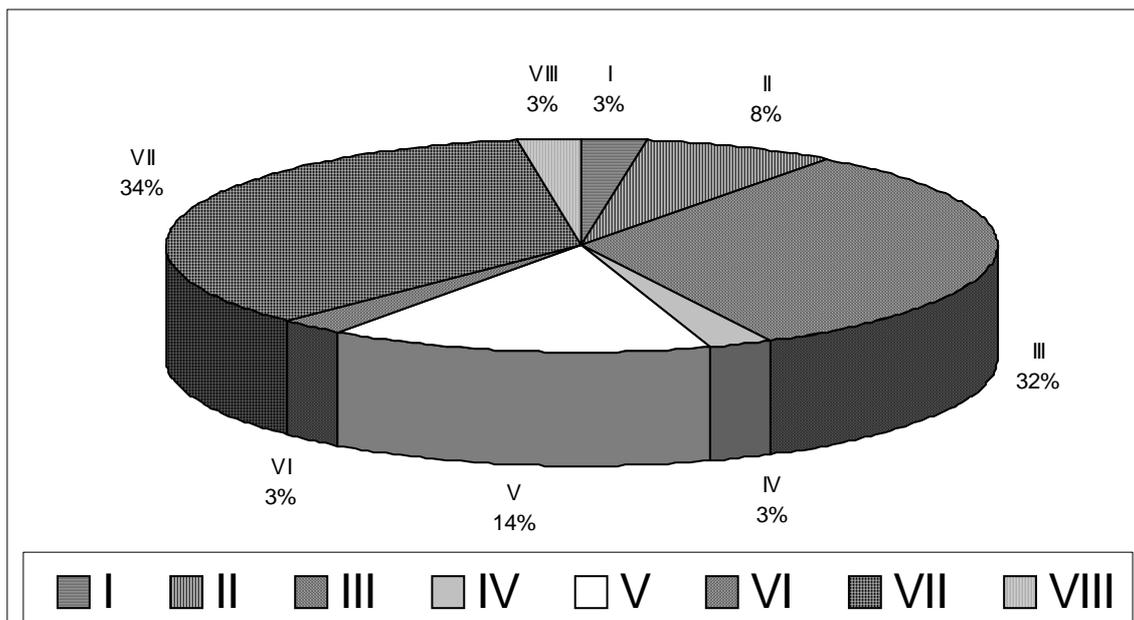
Gráfico VII - Composição sócio-profissional dos sócios do Centro Republicano Nacionalista Eborense em 1928

⁵⁴ Cf., *Democracia do Sul*, 9 de Fevereiro de 1927, p. 1.

⁵⁵ Cf., *Democracia do Sul*, 26 de Fevereiro de 1927, p. 4.

⁵⁶ Algumas fichas de inscrição de associados foram inutilizadas com a palavra «MEDO», possivelmente escritas pelo presidente do centro Dr. Alberto Jordão. Cf., Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Centro Republicano Nacionalista.- Livro de Sócios Inscritos.

⁵⁷ Dos 21 polícias, 5 funcionários das escolas e 10 funcionários da Câmara Municipal que se tinham inscrito no Centro só permaneceram 2 funcionários desta última instituição até 1928. Cf., Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Centro Republicano Nacionalista.- Livro de Sócios Inscritos.



I - Proprietários e Lavradores	II - Trabalhadores Rurais	III - Artes e Ofícios	IV - Industriais
V - Comerciantes	VI - Profissões Liberais	VII - Funcionários Públicos	VIII - Outros

Fonte: Arquivo Particular de Cláudio Percheiro - Centro Republicano Nacionalista.- Livro de Sócios Inscritos.

Não existe qualquer relação entre a quota que os nacionalistas pagavam no seu centro e a permanência no partido. Mantiveram-se nesta associação até 1928 desde os líderes que pagavam a quota máxima até aos humildes sócios que pagavam a quota mínima. No entanto, os que permaneceram até ao fim tinham uma actividade política intensa.

O *Centro Republicano Nacionalista Eborense* acabaria por se extinguir em 1929 devido à falta de mobilização. No entanto, continuou a funcionar como *Grémio Republicano* até 1930⁵⁸, desenvolvendo os seus membros algumas actividades de «conjunção» com as restantes forças republicanas da cidade, como a *Junta de Defesa Republicana* em 1928⁵⁹, a *Liga da Mocidade Republicana Eborense* em 1930⁶⁰ e a participação a nível nacional, em 1931, na *Aliança Republicano-Socialista*⁶¹. Durante as comemorações do 5 de Outubro realizavam-se reuniões no *Centro*, bem como romagens ao cemitério para enaltecer as figuras republicanas eborenses já desaparecidas e distribuía-se um bodo pelos *pobres republicanos*⁶². Estas actividades entraram em

⁵⁸ Cf., *Democracia do Sul*, 3 de Janeiro de 1930, p. 1. Em Viseu, na Covilhã e noutras localidades também se formaram Centros que procuravam reunir toda a família republicana. Cf., *Democracia do Sul*, 26 de Outubro de 1929, p. 1 e 31 de Outubro de 1929, p. 1.

⁵⁹ Cf., *Democracia do Sul*, 27 de Novembro de 1928, p. 1.

⁶⁰ Cf., *Democracia do Sul*, 25 de Março de 1930, p. 1.

⁶¹ Cf., *Democracia do Sul*, 5 de Julho de 1931, p. 1; *idem*, 12 de Julho de 1931, p. 4.

⁶² Cf., *Democracia do Sul*, 7 de Outubro de 1928, p. 4; *idem*, 8 de Outubro de 1929, pp. 1-2; *idem*, 5 de Janeiro de 1930, p. 1; *idem*, 12 de Janeiro de 1930, p. 5; *idem*, 7 de Outubro de 1930, pp. 1-2; *idem*, 7 de Outubro de 1931, p. 1.

decadência a partir do 5 de Outubro de 1930 dada a desmobilização de grande parte das forças republicanas devido à pressão repressiva do Governo e à maior actividade da *União Nacional*.

Os líderes do Partido Republicano Nacionalista de Évora ao colocarem-se numa posição de oposição à Ditadura sofreram várias punições por parte da «situação». O Dr. Alberto Jordão Marques da Costa foi preso entre 8 e 14 de Fevereiro de 1927 na sequência da Revolução ocorrida nesse mês e foi transferido entre Abril de 1932 e Outubro de 1933 para o Liceu de Santarém⁶³; António Pascoal foi multado em 3 contos na sequência de ter dado um «Abaixo a Ditadura» durante um almoço em 1930; o Dr. Domingos Rosado teve uma multa igual por ter presidido a sessão comemorativa do 31 de Janeiro no Teatro Garcia de Resende em 1930⁶⁴.

O P.R.N. à semelhança dos outros partidos republicanos teve dificuldade em adaptar-se às condições da Ditadura. O discurso e a acção anti-partidária do novo regime e o esvaziamento do papel dos antigos partidos, enquanto mediadores do clientelismo, contribuíram decisivamente para o fim inglório destas organizações políticas. Sem Parlamento, sem liberdades civis e sem acesso ao poder, os partidos enfrentaram uma difícil travessia debaixo do novo regime autoritário. As suas magras estruturas ligadas à repartição dos recursos políticos deixaram de funcionar na maior parte das regiões, ainda que muitos vínculos pessoais permanecessem vivos ao longo de um grande período. A capacidade de manobra das formações que tinham governado Portugal desvaneceu-se e a acção dos principais notáveis de cada grupo ficou muito limitada devido à hostilização a que eram submetidas pela Ditadura. Alguns membros do P.R.N. eborense acabariam por integrar a «situação», embora a elite nacionalista tivesse permanecido sempre na oposição, tendo apoiado posteriormente a candidatura do General Norton de Matos e do General Humberto Delgado à presidência da República.

6. Conclusão

⁶³ Cf., *Democracia do Sul*, 9 de Fevereiro de 1927, p. 1; 10 de Abril de 1932; 20 de Outubro de 1933, p. 1.

⁶⁴ Cf., ANTT, Ministério do Interior. Gabinete do Ministro, Maço 451, Caixa 4.

O Partido Republicano Nacionalista representava, no concelho de Évora, a longa tradição de partidos republicanos conservadores adversários do Partido Democrático. Dispunha de um centro político (*Centro Republicano Nacionalista Eborense*) e de um diário oficioso (*Democracia do Sul*) onde a sua ideologia conservadora, embora tendencialmente centrista, entre a reacção jacobina dos partidos radicais de esquerda e a reacção monárquica era irradiada. A composição sócio-profissional dos seus órgãos directivos e dos sócios do seu centro político era interclassista. No entanto, a cúpula dirigente era a que verdadeiramente liderava o partido e pertencia à elite burocrática da cidade.

Este partido conseguiu ser o pólo de união dos partidos conservadores na luta pela liderança do Poder Local. O facto de defender uma ideologia conciliadora, adversária dos radicalismos, de possuir uma boa organização no concelho, com uma elite moderna preparada para os novos tempos, onde o clientelismo tradicional estava em decadência para dar lugar a um clientelismo burocrático e de ter beneficiado da cisão do Partido Democrático permitiu-lhe assumir-se como a primeira força política do concelho e do círculo de Évora.

O movimento do 28 de Maio de 1926 foi bem acolhido pelo P.R.N. eborense, dado que permitiu terminar com a «Ditadura do Partido Democrático» a nível nacional. A nível local, pelo contrário, eram os nacionalistas que estavam no poder e pretendiam continuar à frente dos principais lugares de governação. No entanto, foram afastados da Junta Geral do Distrito, da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia, o que provocou o seu afastamento da Ditadura Militar.

O *Centro Republicano Nacionalista Eborense* entrou numa lenta decadência após o início da Ditadura Militar devido à falta de mobilização e à pouca coesão interna, dado que após o início da repressão quase todos os seus sócios abandonaram este espaço de «distinção política» por não pagarem as quotas e por *Medo*. No entanto, uma parte da antiga elite nacionalista ingressou na oposição não revolucionária à Ditadura Militar, tendo integrado as frentes comuns designadas *Junta de Defesa Republicana*, *Liga da Mocidade Republicana Eborense* e a *Aliança Republicano-Socialista* e o diário *Democracia do Sul* transformou-se, até à sua extinção no final da década de sessenta, no polo agregador da resistência *permitida* ao Estado Novo no sul do País.